

DEPOIS DO FIASCO DA TSU

Estado moçambicano está em dificuldades de pagar salários até ao fim do ano

- Vivem-se momentos conturbados na administração pública. A situação é de um Governo que se debate dia e noite para corrigir os danos daquele que é considerado o maior fiasco de todos os tempos na administração pública: a Tabela Salarial Única (TSU). A recente revisão em baixa das remunerações e dos subsídios de representação dos titulares dos órgãos de soberania e altos dirigentes do Estado é um exemplo inequívoco da situação de caos que actualmente caracteriza as contas públicas. Aprovada num contexto de um “braço-de-ferro” renhido entre o Governo e os deputados da Assembleia da República, a revisão surge como último recurso na importante empreitada de devolver alguma estabilidade às contas públicas.



Fundamentalmente, a nova revisão consistiu, entre outras, na redução da remuneração dos deputados de 75% para 57,5% do salário de referência (salário do Presidente da República) e do subsídio de representação de 30% para 15%. Juizes conselheiros, Procuradores-Gerais Adjuntos e Ministros tiveram seus salários reduzidos de 75% para 65%, juntamente com o subsídio de representação de 30% para 15%. Os membros das Assembleias Provinciais viram uma redução de 30% para 12,5% nos seus salários, e de 10% para 5% no subsídio de representação.

Em meio a uma situação de cada vez mais pressão às contas do Governo, a “corrida pelo prejuízo” do fiasco da TSU através do corte de “gorduras” tornou-se num imperativo. Seguindo o mesmo modus operandi desde a aprovação da reforma salarial da Função Pública em Julho de 2022, as tentativas para a recuperação da sustentabilidade da folha salarial vem sendo de forma ad hoc, com incongruências e gerando frustrações.

Os custos do fiasco da TSU são enormes e, muito provavelmente, irão estender-se além do mandato do Governo do dia. Só para elucidar, dados constantes da Conta Geral do Estado de 2022 (CGE), recentemente divulgada pelo Ministério da Economia e Finanças, revelam que devido à implementação da controversa reforma salarial, os salários e

remunerações dos funcionários e agentes de Estado aumentaram em mais de 39% (cerca 53 mil milhões de Meticais em termos nominais) de 2021 a 2022.

Enquanto as previsões do Governo apontavam para uma despesa na ordem de 147 mil milhões de meticais em salários e remunerações para o ano passado, a implementação da TSU implicou uma despesa de mais de 186 mil milhões de meticais (16,5% do PIB), contra os 133 mil milhões (12,5% do PIB) desembolsados em 2021. O compromisso que o Governo assumiu no âmbito do programa com o FMI de reduzir a massa salarial da função pública para 10,8 % do PIB até 2026 torna-se cada vez mais numa miragem.

Para o presente exercício fiscal, o Governo prevê gastar mais de 176 mil milhões de meticais com salários e remunerações dos agentes e funcionários do Estado, correspondente a mais de 37% das despesas totais do Estado. O Governo gastou, entre Janeiro e Março, mais 47 mil milhões dos 176 mil milhões de meticais, um nível de execução de 26,7%. Neste momento, o Executivo vê-se na obrigação de operar cortes cirúrgicos para, com os poucos recursos existentes, assegurar o pagamento de salários até o final do ano.

Conforme destacou o último relatório da Conjuntura Económica do Banco de Moçambique, a situação é de elevada pressão na despesa pública e baixa arrecadação de re-

ceitas. As contas públicas estão pressionadas, e com a TSU actuando como um grande “devorador” de dinheiro, o Governo tem sacrificado a realização de investimento público ao mesmo tempo que recorre ao endividamento interno para fazer face ao crescente déficit orçamental¹.

A TSU representa um dos maiores fiascos do Governo de Filipe Nyusi. Além da oscilação dos salários causada pelas correcções em curso no âmbito da auditoria que está a ser realizada pela Inspeção-Geral de Finanças, a TSU trouxe uma incerteza e imprevisibilidade na Função Pública sobre as datas de pagamento de salários. Se antes o Estado começava a pagar desde o dia 18 do mês, agora os funcionários e agentes de Estado não sabem sequer quando e quanto vão receber.

Mas o mesmo Governo que está em dificuldades de pagar salários lançou há dias a primeira pedra para a construção de um majestoso edifício do Tribunal Supremo, avaliado em 3,85 mil milhões de meticais. Trata-se de uma despesa que não se afigura prioritária tendo em conta o contexto de crise que o país atravessa. O Governo não consegue reabilitar a Estrada Nacional Nº1 (EN1), mas investe perto de quatro mil milhões de meticais para a construção da sede do Tribunal Supremo, um órgão de soberania que funciona em instalações próprias bem localizadas na baixa da Cidade de Maputo.

¹<https://opais.co.mz/governo-corta-investimento-publico-em-28-e-aumenta-despesas-com-salarios/>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

